



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO
DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICAS E
GESTÃO CULTURAL**

MÁRCIO LUIZ CONCEIÇÃO BACELAR

**A DIRETORIA DE ESPAÇOS CULTURAIS DA SECULT E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO DA
CULTURA**

MÁRCIO LUIZ CONCEIÇÃO BACELAR

**A DIRETORIA DE ESPAÇOS CULTURAIS DA SECULT E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO DA
CULTURA.**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico - apresentado ao colegiado do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito final para obtenção do grau de Especialista em Política e Gestão Cultural.

Orientadora: Prof. Dra. Giuliana Kauark



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE
CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICAS E GESTÃO CULTURAL**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO DE MÁRCIO LUIZ CONCEIÇÃO BACELAR**

Prof^ª. Dra. GIULIANA KAUARK
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
(Orientadora)

Prof. Dr. LUCIANO SIMÕES
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Dra. MARIANA LUSCHER ALBINATI
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Aprovado em 12 de Novembro de 2019.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 POLITICA DE TERRITORIALIZAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA	7
1.1 No âmbito nacional	7
1.2 No âmbito estadual	9
1.3 No âmbito da cultura	11
2. A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS	
2.1 No âmbito da Diretoria de Espaços Culturais	12
2.2 No âmbito do Território Metropolitano de Salvador – Centro Cultural Plataforma	16
2.3 No âmbito do Território Recôncavo – Teatro Dona Canô	20
2.4 No âmbito do Território Litoral Norte- Agreste Baiano – Centro de Cultural de Alagoinhas	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

A DIRETORIA DE ESPAÇOS CULTURAIS DA SECULT E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA

Márcio Bacelar¹

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é, a partir da análise da atuação de determinados equipamentos culturais existentes nos territórios do Recôncavo, Litoral Norte- Agreste Baiano e Metropolitano de Salvador, perceber as relações entre cultura e território e de que forma Diretoria de Espaços Culturais (DEC) da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia contribuiu para a política de territorialização da cultura, no segundo mandato do Governador Jacques Wagner, de 2011 a 2014. O período de análise escolhido justifica-se pela reforma administrativa ocorrida na segunda gestão do governo Wagner, por meio da qual a Diretoria de espaços culturais foi transferida da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) para o âmbito da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), passando a estar vinculada à Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT), com o propósito de contribuir para a política territorial.

Além disso, faremos um recorte por território, analisando três espaços culturais de cada uma desses territórios, quais sejam: Teatro Dona Canô (Recôncavo); Centro de Cultura de Alagoinhas (Litoral Norte- Agreste Baiano), Centro Cultural Plataforma (TMS) com o objetivo de avaliar a implantação da nova política cultural através da DEC.

O presente trabalho foi dividido em dois tópicos, além dos seus respectivos subtópicos e a conclusão. A primeira parte, intitulada de **POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA**, visa apresentar a trajetória das políticas de territorialização no âmbito nacional, estadual e na cultura, destacando o papel dos movimentos sociais, do grupo de transição entre os governos FHC e Lula, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, da

¹ Jornalista, estudante de Especialização em Política e gestão Cultural (UFRB), Mestrando através do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade - Instituto de Artes, Humanidades e Ciências (IHAC / UFBA). marcio.bacelar@yahoo.com.br

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério da Cultura e da SECULT, na construção de tais políticas públicas como estratégias para reduzir as desigualdades regionais.

A segunda parte, intitulada de A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS, apresenta a trajetória da unificação da DEC e seus avanços sobre o interior através dos espaços culturais existentes em cada um dos territórios estudados. A escolha de cada espaço/território se deu por questões estratégicas de deslocamento pessoal e relevância territorial: O Território Metropolitano de Salvador é grande e diverso, nele foi feito um recorte e analisei o Subúrbio Ferroviário de Salvador, sobretudo por apresentar um contingente de produtores e artistas culturais pertencentes à periferia da cidade. O Recôncavo, por ser um importante pólo cultural fora da Capital, sobretudo correlacionado com a cultura de matriz africana e popular; Por fim, o território Litoral Norte- Agreste Baiano, através do Centro de Cultura de Alagoinhas. A escolha deste território se deu pela movimentação feita por sua antiga gestora Jô Correia, criando à época do período analisado, A Semana de Arte e Cultura do Litoral Norte e Agreste Baiano, importante movimentação cultural da região, sobretudo por agregar as mais diversas linguagens e artistas do entorno. Aqui vale destacar que os dois espaços que encontram-se no interior eram, anteriormente, considerados elitistas e pouco conectados com os territórios em que estavam inseridos.

Para a análise deste artigo, trabalhei com cinco fontes de dados e informações: a) revisão de literatura sobre políticas de territorialização e políticas culturais na Bahia; b) relatórios de gestão fornecidos pela Diretoria de Territorialização da Cultura, parte integrante da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura – SUDECULT; c) relatórios de gestão fornecidos pela Diretoria de Espaços Culturais da SECULT;

Cabe aqui ressaltar que acompanhei de perto toda movimentação da implantação das políticas de territorialização da cultura a partir de 2007, ano que fui contratado para trabalhar no Centro Cultural Plataforma como auxiliar administrativo. Vi toda evolução e adequação das políticas citadas e de que forma isso reverberou na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Tal movimentação nos fez enxergar a região como um território dentro do território Metropolitano de Salvador, quando passamos a nos denominarmos, a partir de 2014, como Território Subúrbio Ferroviário de Salvador.

3. POLITICA DE TERRITORIALIZAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA

3.1 No âmbito nacional

De acordo com Wilson Dias (2017), ocorreu no período de transição entre os governos FHC e Lula, em novembro de 2002, a discussão acerca de uma política pública nacional de desenvolvimento territorial. Tal debate emergiu nas reuniões da Comissão de Transição, cuja incumbência era de apresentar um “desenho” estratégico e operacional para as várias áreas de governo, de modo a possibilitar a adoção de medidas de ajustes na máquina pública federal, imediatamente após a posse do novo Presidente em 1º de janeiro de 2003.

O embrião veio do relato da experiência da Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE) com a execução do Projeto Umbuzeiro, financiado com recursos da antiga e recriada SUDENE, a ASSOCENE atuou em todos os Estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais, agrupando alguns municípios em blocos - normalmente em número de 3 – com características ambientais e culturais semelhantes. Para cada um desses blocos de municípios, a ASSOCENE elaborou um diagnóstico e um planejamento de forma participativa com os atores locais públicos e privados por onde se estabeleceram prioridades e estratégias para identificar e superar os entraves ao desenvolvimento local, articulando parcerias e cooperação entre os órgãos governamentais e não governamentais. Estes agrupamentos de municípios passaram a ser chamados naquela ocasião de “Territórios” pela equipe técnica do Projeto Umbuzeiro. (DIAS, 2017, p.24).

Foi nesta esteira que a abordagem territorial, experimentada no Projeto Umbuzeiro² no que se refere à participação social e atuação em um bloco de municípios, também ganhou força na Comissão de Transição que planejava as estratégias para reduzir as desigualdades regionais. Naquela oportunidade, defendia-se a constituição de múltiplos espaços em diversas escalas para discutir com a sociedade local e os governantes das diferentes esferas de poder, as saídas para a superação da pobreza no País.

² O Projeto Umbuzeiro: Qualidade de Vida no Semiárido fez parte de um programa federal de combate aos efeitos da seca. A partir do trabalho com Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) nas cidades de Mauriti, Penaforte e Aurora no Cariri-CE, o projeto era constituído por agricultores e agricultoras rurais. Através da discussão sobre a cadeia produtiva local e regional e estudos sobre a viabilidade econômica dos pequenos negócios (por exemplo, fabricação de suco de fruta, de doces, compotas e etc.), investimento, produção, comercialização, gestão e contextualizando a viabilidade econômica com sustentabilidade econômica na concepção do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). (NOBREGA, 2017)

Ainda de acordo com Dias (2017), a criação de procedimentos de consultas públicas para formulação e acompanhamento de orçamentos anuais e plurianuais, bem como a composição de fóruns, conselhos, câmaras setoriais, conferências temáticas, redes e outros tipos de organização social, formal ou informal, foram se proliferando, e têm dado propulsão a um intenso movimento de aproximação e relacionamento do setor público com a sociedade civil. A instalação desses espaços que permitem à população o envolvimento participativo na construção e execução das ações governamentais, permitindo alavancar e tornar um pouco mais concreta a experiência de efetiva participação da cidadania. Como veremos mais a frente, os procedimentos de consulta citados acima serão base fundamental para os Planos nacional e estadual de cultura e pilar essencial para as políticas de territorialização.

A partir das questões levantadas em diferentes grupos de trabalho da supracitada Comissão, foi então criada, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial – SDT, visando estruturar, constituir e colocar em funcionamento os meios para a implantação de uma política pública de desenvolvimento territorial para o Brasil (SDT, 2003). O objetivo primordial da SDT seria, na sua concepção, dar sustentação a um processo em que a preocupação social se integraria às questões econômicas, onde a distribuição da renda e os ganhos sociais pudessem adquirir uma dinâmica comum. Portanto, o desenvolvimento territorial se processaria por meio da mobilização dos fatores econômicos (recursos naturais, infraestrutura, tecnologias), sociais (identidades culturais e desenvolvimento comunitário, principalmente) e políticos/institucionais (participação, parcerias e cooperação) (SDT, 2003). Vale salientar, todavia, que as tratativas em torno de uma divisão territorial do Brasil que contribuísse para o desenvolvimento de políticas públicas não começaram a partir de 2003. A primeira divisão regional realizada no país, baseada em critérios e dados estatísticos, data de 1946.

Denominada de Zonas Fisiográficas, essa delimitação considerava os aspectos naturais como os mais relevantes, seguido dos aspectos humanos e econômicos. Na década de 1970, discussões como a ocupação da Amazônia e as desigualdades regionais, levaram à instauração da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em 1975, o governo militar já reconhecia a dimensão territorial ao editar o Decreto-Lei 357/75

criando a Reserva Ecológica Nacional (REN), ajustada depois pelo Decreto-Lei 451/82 que criou a Reserva Agrícola Nacional (RAN), definindo as normas para a utilização dos solos com maior aptidão para a produção de bens agrícolas indispensáveis ao abastecimento nacional, para o pleno desenvolvimento da agricultura e para o equilíbrio e estabilidade das paisagens. A nível nacional, não foram encontradas nenhuma nova delimitação após a redemocratização e até a transição para o governo Lula.

No subtópico a seguir, trataremos de modo mais próximo como tal política pública de deu no âmbito estadual. A Bahia, inicialmente dividida em cinco territórios em 2003, saltou para 22, em 2004. Este aumento, de acordo com Dias (2017), ocorreu por demanda durante oficinas da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial do MDA realizadas no estado.

3.2 No âmbito estadual

Em decorrência da supracitada política de 1946, no estado da Bahia também foram delimitadas, a partir dos aspectos naturais, humanos e econômicos, 16 Zonas Fisiográficas que reuniam municípios que possuíssem certa homogeneidade natural e econômica. Essa divisão espacial vigorou por mais de duas décadas (DIAS, 2017).

Outras mudanças ocorreram na Bahia nos anos seguintes. Em 1967, através dos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), voltados à análise do potencial econômico e vocação para programas específicos, o estado foi dividido em 26 Microrregiões Homogêneas. Já em 1969, estudos realizados com enfoque em elementos espaciais, definiu, por sua vez, a divisão do Estado em 21 Regiões Administrativas. A partir das dificuldades de efetivar as ações previstas, em 1973, uma nova regionalização do estado instituiu 17 Regiões Administrativas onde, por exemplo, foram implantadas as Coordenadorias Regionais de Educação. Em 1983, novas Regiões Administrativas foram criadas, totalizando 27, com o objetivo de ampliar o processo de interiorização das ações do governo estadual. No final dos anos 1980, o foco do planejamento governamental deixou de ser regional e partiu para uma abordagem mais ampla, retomando os conceitos de regiões econômicas e regiões de influência urbana. Desta forma, a Bahia passa a ter 15 regiões econômicas que serviram de referência para o planejamento nos anos 1990. (DIAS, 2017).

A partir de 2003, atrelado ao movimento nacional capitaneado pelo MDA, foi introduzido na Bahia o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos

Territórios Rurais – PRONAT com o objetivo de “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia” (SEPLAN, 2018, p.4).

Nesse contexto, foram identificados na Bahia, a princípio, cinco territórios para participar do Programa: Sisal, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Velho Chico e Irecê. Posteriormente, outros nove territórios foram incorporados ao programa: Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Corrente, Sertão Produtivo, Itaparica, Baixo Sul, Piemonte do Paraguaçu e Bacia do Jacuípe, somando 12 territórios (SEPLAN, 2018).

O plano de trabalho da SDT previa realização de oficinas com entes federados, da administração pública e da sociedade civil. Numa dessas oficinas, os participantes reagiram à quantidade de territórios apontados pelo estudo inicial, ocasionando na criação de um grupo de estudos que pudesse dar conta da dimensão territorial do estado. No período de 2003 a 2006, foram realizadas várias atividades, tais como: levantamento das delimitações geográficas existentes; reuniões entre organizações e as bases locais para opinarem quanto à inserção dos municípios nos territórios; apresentação de propostas e ajustes; eleição de representantes de cada território. Desse processo foram revelados 25 territórios rurais (SEPLAN, 2018).

Ao assumir o Governo da Bahia em 2007, o Governador Jaques Wagner reconheceu a legitimidade da divisão territorial que foi conformada e a adotou como unidade de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia. Para tanto, foi necessária a ampliação da representação e do escopo das políticas trabalhadas nos espaços colegiados nos territórios, acrescentando ao rural as temáticas e as entidades urbanas. Desta forma, incluiu-se o Território Metropolitano de Salvador, o 26º território. E os territórios rurais passaram a ser chamados de Territórios de Identidade. Para o PPA 2012-2015, um 27º território foi revelado: Costa do Descobrimento. Originário da divisão do Extremo Sul, passando este a ocupar a sua porção setentrional. Já no PPA 2016-2019, não houve alteração do número de territórios, mas algumas migrações de municípios, com destaque para a unificação das delimitações da Região Metropolitana e do Território Metropolitano de Salvador (SEPLAN, 2018, p.5).

A proposta desta política pública tem como base planejar com a sociedade ao invés de para a sociedade. Sendo assim, o Governo do Estado da Bahia tornou a abordagem territorial base de uma política de estado e não somente de governo. Neste

sentido, em 29 de dezembro de 2014 foi publicada a Lei nº 13.214, que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, instituindo também, através de Lei, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs (SEPLAN, 2018).

A partir de 2007, a política cultural da Bahia passou por uma significativa transformação, desencadeada, já no momento inicial da gestão do Governador Jaques Wagner, pelo desmembramento da Secretaria de Cultura e Turismo – SCT, criando secretarias autônomas, cada uma atuando com maior propriedade e autonomia em suas especificidades e com orçamentos independentes, é o que veremos no subtópico a seguir.

3.3 No âmbito da cultura

A pasta da Cultura do estado, então gerida pelo teatrólogo Márcio Meirelles, pôde acompanhar de maneira mais contundente as tendências das políticas culturais que desde 2003 passaram a vigorar no âmbito federal (relatório DEC, 2011-2014). Na perspectiva da territorialização da cultura, a SECULT-BA passa a adotar uma nova política de desenvolvimento cultural. Inseriu-se a política de cotas territoriais por editais, porém, é importante salientar que nem todos editais da SECULT-BA foram territorializados (ARAÚJO, 2012). Além disso, a Secretaria contratou Representantes Territoriais, um para cada um dos 26 Territórios de identidade e dois para o Território Metropolitano Salvador, totalizando 28 representantes. A implantação dessas representações teve como objetivo: descentralizar as ações culturais para o interior do Estado; democratizar o processo de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura e; romper com o tradicional isolamento das diversas regiões do Estado (ARAÚJO; BORGES, 2014).

Outra etapa importante foi a criação do Sistema Estadual de Cultura (SEC). Para isso foi necessária a criação de órgãos específicos de gestão da política cultural estadual e instrumentos operativos, tais como: Plano Estadual de Cultura; Fundo Estadual de Cultura; Conselho Estadual de Cultura, entre outras instâncias setoriais e; Conferências de cultura. A conferência estadual de cultura funciona em rede e requer a realização de etapas territoriais e municipais – Conferências Territoriais de Cultura e Conferências Municipais de Cultura, através da mobilização municipal e regional, com a realização

de encontros municipais e a preparação para os encontros territoriais de cultura (ARAÚJO; BORGES, 2014).

O SEC transformou-se em uma das principais diretrizes no campo das políticas culturais, sendo o resultado de um processo de articulação, gestão e promoção conjunta de políticas entre os entes federativos e a sociedade civil, visando a promoção do desenvolvimento cultural de forma descentralizada, incentivando a implantação de um modelo de gestão cultural que visa promover a sustentabilidade das ações de desenvolvimento sociocultural nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia (ARAÚJO;BORGES, 2014).

Um fator estratégico, proveniente da maturação da política de territorialização, foi o entendimento dos espaços culturais da FUNCEB como “ponto de criação, difusão e fruição artístico-cultural não apenas do município onde estão inseridos, mas dos Territórios de Identidade aos quais pertencem” (KAUARK et all, 2019, p.84). Este entendimento levou a mudança em 2011, através da reforma administrativa instituída na Lei Estadual nº12.212, de 04 de maio de 2011, a transferência do Espaços culturais para a SECULT, passando a compor a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, tema que trataremos logo abaixo.

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

4.1 No âmbito da Diretoria de Espaços Culturais

Como visto anteriormente, durante o primeiro mandato de Wagner (de 2007 a 2011), a Secult passou por um processo de adaptação e implementação do seu plano de gestão. Inúmeros foram os encontros de alinhamento, planejamento, organização e escuta pública. A Bahia estava alinhando suas políticas com o âmbito nacional através da institucionalização do sistema estadual de cultura, plano estadual de cultura, bem como das conferências de cultura, o que se refletia também em novos organogramas não somente da Secretaria, mas também de suas unidades vinculadas³.

A Diretoria de Espaços Culturais (DEC) foi criada, em 2007, pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), para unificar a gestão dos espaços existentes na capital e no interior. Substitui, assim, as coordenações de espaços da capital e do interior que existiam, até 2006, no âmbito da Diretoria de Música e Artes Cênicas –

³ São unidades vinculadas da SECULT BAHIA: Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB, Fundação Pedro Calmon - FPC e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC.

DIMAC (FUNCEB, 2007). Nos primeiros anos de sua existência, a DEC tinha como foco alinhar as políticas, as diretrizes e o aperfeiçoamento dos funcionários, promover a manutenção e modernização dos espaços culturais pertencentes a esta instituição, bem como a dinamização de sua programação. Após reforma administrativa ocorrida em 2011, já na segunda gestão de Jaques Wagner e tendo como Secretário o professor Albino Rubim, a DEC passou a ser vinculada diretamente à Secretaria de Cultura do Estado, através da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT), com o propósito de contribuir para a política territorial. Atualmente, a DEC é responsável pela gestão de 17 equipamentos culturais da Secretaria de Cultura do Estado, sendo cinco localizados em Salvador, um na Região Metropolitana e outros 11 no interior do estado.

Aqui faço uma breve retrospectiva para falar sobre a gestão dos espaços antes de 2007. Para Taiane Fernandes (2008, p.38), quando o assunto eram os espaços e equipamentos culturais, “o investimento em cultura se traduzia em provimento de infraestrutura, de equipamentos culturais...”. A principal meta do governo do estado na gestão a partir de 1991 era a reforma do Teatro Castro Alves e equipamentos que pudessem atingir a demanda do turismo, foco daquela gestão.

Ainda de acordo com Fernandes (2008, p.97), para além de outras atribuições, “a Fundação Cultural atuou, primordialmente, na construção, na manutenção e dinamização dos principais equipamentos culturais de uso público pertencentes ao estado”.

A reforma e manutenção física destes espaços tiveram mais destaque do que as ações de dinamização, entendidas aqui como a promoção de atividades de ocupação e uso destes equipamentos, de 1995 a 2006. Em termos de construção a FUNCEB incorporou ao quadro de equipamentos públicos de cultura do Estado a Biblioteca Thales de Azevedo, em atividade a partir de 1997 no Parque Costa Azul, na capital baiana; o Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães, inaugurado em 2000 no município de Jequié; e o Teatro Canô Veloso, depois chamado de D. Canô, em 2001 na cidade de Santo Amaro. (FERNANDES, 2008, p.98)

Dentro do organograma da FUNCEB existia a Superintendência de Apoio às Ações Culturais (SAAC). A esta superintendência cabia uma variedade de intervenções, desde a modernização administrativa ao desenvolvimento de projetos integrados e recuperação de espaços culturais (o Cine-Teatro de Lauro de Freitas, Alagados e Plataforma). O estímulo à programação cultural dos espaços se deu através de

convênios firmados com o Ministério da Cultura (que mantinha 50% dos custos com aluguel de filmes e garantia a realização de oficinas e cursos) e a Copene (que patrocinou os Circuitos Culturais Metropolitanos, atividades para os cines-teatro).

Fernandes (2008) ressalta ainda que, a partir de 1995, estiveram sob a guarda da FUNCEB pouco mais de 40 espaços e equipamentos culturais, entre bibliotecas, centros de cultura, cineteatros, salas de exibição, museus e etc., conforme mostra a tabela abaixo:

CAPITAL E REGIAO METROPOLITANA	
Equipamento	Período
Sala Principal do Teatro Castro Alves	1995-2006
Sala do Coro do Teatro Castro Alves	1995-2006
Concha Acústica do Teatro Castro Alves	1995-1997 e 1999-2006
Teatro Miguel Santana	1996-2004
Cine Teatro Solar Boa Vista de Brotas	1995-2006
Cine Teatro Plataforma	Fechado
Espaço Cultural Alagados	1995-2006
Centro de Cultura do ICEIA	1996-2006
Casa da Música	1995-2006
Biblioteca Pública do Estado	1995, 1998-2002
Sala Walter da Silveira	1995, 1998-2006
Sala Alexandre Robatto	1998-2006
Espaço Xis/Xisto Bahia	1998-2006
Galeria Pierre Verger	1998-2006
Galeria Solar do Ferrão	1996-2006
Cinema do Museu Geológico	1996-1998
Museu de Arte da Bahia	1995-2002
Museu de Arte Moderna da Bahia	1995-2002
Museu Abelardo Rodrigues	1995-2002
Museu Tempostal	1997-2002
Museu de Azulejaria e Cerâmica Udo Knoff	2000-2002
Palácio da Aclamação	1995-2002
Escola de Dança da FUNCEB	1997-2006
Armazém Cenográfico (instalado)	2003-2006
Biblioteca Infantil Monteiro Lobato	1995-2002
Biblioteca Juracy Magalhães Júnior	1995-2002
Biblioteca Anísio Teixeira	1995-2002
Biblioteca Thales de Azevedo (construída)	1997-2002

INTERIOR DO ESTADO	
Equipamento	Período
Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana)	1995-2000
Centro de Cultura de Alagoinhas	1995-2006
Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista)	1995-2002
Centro de Cultura de Porto Seguro	1995-2006
Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro)	1995-2006
Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença)	1995-2006
Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna)	1995-2006
Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães (Jequié - construído)	2000-2006
Cine Teatro Lauro de Freitas	1995-2006
Teatro D. Canô (construído)	2001-2006
Parque Histórico Castro Alves	1995-2002
Museu do Recôncavo Wanderley de Pinho (Candeias)	1995-2002
Casa da Cultura Afrânio Peixoto (Lençóis)	1995-2002

Fonte: FERNANDES, 2008, p. 98

A partir da tabela acima, é possível observar que os equipamentos administrados pela FUNCEB tinham múltiplas características, indo desde bibliotecas a casas de espetáculos e salas de cinema. Ademais, conforme mencionado anteriormente, a Fundação Cultural não possuía uma diretoria centralizada para administrar os espaços culturais. A partir de 2007, com a nova gestão, todos os espaços que não possuíam características cênicas foram para outras autarquias e/ou diretorias e setores dentro da recém-criada Secretaria de Cultura (SECULT) e a DEC, quando inaugurada, passou a administrar espaços com características cênicas ou multilinguagem.

Vale ressaltar que, segundo relatório da FUNCEB de 2007, a criação de diretorias específicas relacionadas às linguagens artísticas e aos espaços culturais reflete um maior compromisso com a promoção e o desenvolvimento de cada setor artístico e cultural, considerando suas especificidades e respectivas cadeias produtivas, assim como, o fortalecimento da gestão dos espaços culturais da instituição. Com a nova diretoria, todos os espaços passam a ser administrados a partir de diretrizes, normas e procedimentos unificados, contribuindo para uma maior dinamização, ocupação e organização desses locais.

A partir de 2011, início do segundo mandato de Jaques Wagner, entrada de Albino Rubim como Secretário de Cultura, os espaços culturais ganham outra projeção. Para delimitar melhor o funcionamento cooperativo, algumas reformulações se tornaram necessárias: a esfera de atuação da FUNCEB se localizou nas artes; os espaços culturais foram transferidos de sua alçada para a Sudecult, inclusive para estar abertos a todas as áreas da secretaria e impulsionar o processo de Territorialização. A ida dos espaços culturais para a Secult/Sudecult proporcionou os melhores momentos para a gestão desses espaços. À frente da Diretoria estava Giulliana Kauark que, juntamente com a equipe da centralizada, proporcionou aquisição de equipamentos cênicos, mobiliário, modernização dos equipamentos de informática e publicação das diretrizes de funcionamento dos espaços. Além de investimento em pessoal e equipamento dos espaços, este foi o período que cada um dos centros culturais passou a receber aporte financeiro para execução de projetos artísticos próprios. Esta foi a era de ouro dos Espaços Culturais, que mesmo tendo problemas com funcionários terceirizados, a dinamização e articulação com a sociedade seguia a plenos vapores.

Durante o governo Jaques Wagner, foram nomeados dois Secretários de Cultura – Márcio Meireles (2007 a 2010) e Albino Rubim (2011 a 2014). Nesses mesmos

períodos estiveram à frente da Diretoria Geral da FUNCEB – Gisele Nussbaumer e Nehle Franke. Já a SUDECULT – Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura teve quatro Superintendentes, foram eles, Ângela Andrade (2007-2011), Adalberto Santos (2011-2012), Taiane Fernandes (2012-2014), Sandro Magalhães (setembro a dezembro/2014). Durante o período de 2007 a 2014 passaram cinco dirigentes pela DEC, a saber, Luciana Vasconcelos (2007), Kátia Najara (2007 a 2010), Giuliana Kauark (2010 a 2014), Nathalia Leal (janeiro a março/2014) e Chicco Assis (abril a dezembro/2014).

A partir das informações contidas no relatório geral de gestão da DEC de 2011 a 2014 é possível notar que cada diretor supracitado contribuiu de maneira significativa para consolidação da diretoria e o desenvolvimento dos espaços culturais que estavam ligados à DEC. Neste sentido, vale salientar que Luciana Vasconcelos deu início à reaproximação dos centros de cultura e as comunidades dos seus entornos, além de modificar a configuração que antes tratava de maneira distinta e apartada os espaços da capital e os espaços do interior. Com Kátia Najara, os espaços avançaram no sentido da profissionalização da gestão dos espaços e da qualificação e sistematização dos procedimentos gerenciais. Giuliana Kauark, deu continuidade à normatização e institucionalização dos procedimentos, além de ampliar, substancialmente o orçamento destinado aos espaços culturais. Nathalia Leal assumiu interinamente a Diretoria no início de 2014 e no curto tempo que esteve a frente contribuiu com o desencadeamento de processos de aquisição de equipamentos e mobiliários, bem como de credenciamento de artistas. Já no últimos nove meses da gestão, a DEC foi assumida por Chicco Assis, que por sete anos esteve na coordenação do Cine Teatro Solar Boa Vista, possibilitou à Diretoria uma maior visibilidade de suas ações, com destaque para a sistematização e difusão do Programa Ocupe Seu Espaço, Circuito de Festivais e o É Verão, além de contribuir com a estruturação da portaria que institui os Colegiados de Gestão Participativa.

Conforme citado anteriormente, é a partir da gestão de Giuliana Kauark que a DEC passa a ter seu orçamento ampliado substancialmente, impulsionado com a ida de sua estrutura para a SECULT. Este considerável aumento do orçamento foi investido não apenas para a manutenção e qualificação dos espaços, mas também garantiu uma programação pulsante e em constante diálogo com o entorno dos mesmos. Analisando o

Relatório de gestão DEC (2013), é possível ver que a partir do alinhamento da DEC com as diretrizes da SECULT e com a política de territorialização, a Diretoria definiu 10 metas que unificavam o trabalho em todos os 17 espaços culturais administrados por ela, a saber:

1. Ampliar os recursos orçamentários destinados aos espaços culturais
2. Ampliar e qualificar as equipes dos espaços
3. Aprimorar a gestão dos espaços
4. Requalificar os espaços culturais, tornando-os acessíveis a todos
5. Priorizar o uso dos espaços para atividades de natureza cultural
6. Diversificar a programação dos espaços
7. Ampliar o público frequentador dos espaços
8. Desenvolver política setorial para espaços
9. Consolidar a rede de espaços culturais da SECULT e articular-se com outros
10. Tornar os espaços culturais da rede referências de formação e fruição da cultura nos territórios onde estão situados.

A partir da política de territorialização e, conseqüentemente, sem a distinção da gestão entre espaços da capital e do interior, as metas da DEC passam a valer para os 17 equipamentos de forma equânime, respeitando as especificidades de cada um deles. De maneira macro, cada espaço passou a realizar no seu território as ações propostas pela DEC, a partir do alinhamento com a política de cultura proposta na época. Nesta perspectiva enquadrados, principalmente, ações como: requalificação física dos espaços a partir da realização de reformas de alta complexidade – como as que aconteceram no Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana), no Espaço Cultural Alagados, Espaço Xisto Bahia (Salvador), Centro de Cultura ACM (Jequié) e Centro Cultural de Guanambi, bem como as obras iniciadas no Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna) e no Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista) –; e qualificação tecnológica, especialmente com aquisição e instalação de equipamentos cênicos tais como: refletores, mesas, dimmers e cabeamento de iluminação, tapetes de linóleo, telas de projeção, projetores multimídias, praticáveis, boxtruss, dentre outros, viabilizada

através do convênio firmado entre a SECULT e o Ministério da Cultura, com intuito de requalificar e modernizar os 17 Espaços Culturais administrados pela DEC.

Para além, das melhorias físicas e modernização dos equipamentos e mobiliário, ocorreram investimentos também no quadro humano, através da ampliação e qualificação do quadro de funcionários, encontro com todos os 17 coordenadores de espaços como forma de estabelecer os vínculos entre a equipe e de manter o alinhamento entre diretoria e as unidades, criação da Micro Redes dos Espaços Culturais, cujo objetivo é o compartilhamento de experiências e a busca de soluções em conjunto para as questões como programação, manutenção, articulação com a comunidade, formação de plateia e sustentabilidade dos espaços culturais. Ademais, houve também do investimento em programação e difusão através do Programa de Gratuidade de Pautas, Edital próprio de Dinamização de Espaços Culturais, Publicação de novos procedimentos e documentos de gestão, Credenciamento de artistas, grupos e bandas. Em 2014 todas estas ações de dinamização passam a fazer parte do programa Ocupe seu Espaço, visando a dinamização através da diversificação da programação, a articulação e aproximação com a classe artística local e com os territórios de identidade em que os espaços estão situados. Ainda compunha o programa o Circuito de Festivais e os projetos articulados através de parcerias entre a DEC e as vinculadas da FUNCEB e SECULT, além dos projetos contínuos dos espaços.

Sobre o último ponto acima destacado irei me debruçar, a seguir, apenas nos espaços que são foco deste estudo, são eles: Centro Cultural Plataforma, Teatro Dona Canô e Centro de Cultura de Alagoinhas. A proposta é apresentar um breve histórico desses espaços, bem como destacar o principal projeto contínuo de cada um deles, fazendo, na sequência, uma análise da relação entre esta programação própria e a política de territorialização.

4.2 No âmbito do Território Metropolitano de Salvador – Centro Cultural Plataforma

Inaugurado na década de 1930, o Cine Plataforma tinha a finalidade de exibir filmes no bairro de Plataforma como uma das ações do Circulo Operário da Bahia. O espaço, entretanto, permaneceu fechado por mais de 14 anos, reabrindo em julho de 2007, já intitulado de Centro Cultural Plataforma (CCP). A grande participação da comunidade junto ao espaço ao longo de sua história, bem como na atual gestão, é a

principal característica do espaço: um símbolo do movimento popular do Subúrbio através da gestão participativa proposta pelo Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio. O Espaço fica no bairro de Plataforma, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador – formado por outros 21 bairros populares, tendo aproximadamente 500 mil habitantes – sendo o Centro Cultural Plataforma o seu espaço cultural de referência.

A programação artístico-cultural é diversificada, com destaque para projetos próprios, como o “Plataforma de Talentos”, o “Por Dentro da Casa” e o “Caldeirão Cultural”, entre outros. O CCP possui uma sala principal (palco italiano) – Capacidade: 206 lugares na sala principal (com acessibilidade), três salas de ensaio e foyer.

A partir da política de territorialização, no período de 2011 a 2014, o espaço teve um amplo investimento em sua programação própria, como veremos logo a seguir. O investimento neste tipo de ação esteve diretamente ligado ao fato do espaço ter permanecido fechado por mais de 14 anos. Era necessário, no momento de reabertura das atividades, estimular a classe artística a ocupar suas dependências. A partir de cada necessidade apontada, projetos próprios eram criados, a exemplo do Plataforma de Talentos, que servia como pontapé inicial para que novos artistas conhecessem a estrutura do espaço recém-aberto.

A efeito de análise, irei me ater ao principal projeto do espaço, realizado em parceria com o Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio e um dos grandes agregadores de público. Este projeto, em Plataforma, foi o maior beneficiado com o aporte financeiro que a DEC recebeu após fazer parte do organograma direto da SECULT. O Festival das Artes Caldeirão Cultural é realizado desde 2007, em comemoração à reabertura do Centro Cultural Plataforma. Entre 2011 e 2014, foram realizadas quatro edições deste festival, sempre com uma programação diversa, tendo reunido shows, caminhadas culturais, exposições, oficinas, espetáculos teatrais e intervenções circenses, além de ter promovido uma grande divulgação dos grupos artístico-culturais locais. Toda programação do festival era decidida de forma conjunta entre os integrantes do Fórum e a coordenação do CCP.

No quadro abaixo, iremos perceber o aumento significativo que o projeto recebeu nos anos de 2011 a 2014. É possível perceber, inclusive, que o aumento do aporte financeiro se reflete no aumento de público. No período que antecede os anos estudados, o projeto recebia apenas suporte em divulgação e isenção de pauta para grupos e artistas que compunham a grade de programação. Nos dois primeiros anos

entre 2011 e 2014, os recursos eram direcionados para questões estruturais, equipamentos, alimentação e divulgação, a partir dos anos de 2013 e 2014, os recursos começam a ser direcionados para pagamento de artistas, estrutura para realização de atividades fora do espaço e suporte em comunicação, alimentação e pessoal extra para trabalhar na atividade.

CALDEIRÃO CULTURAL – EDIÇÕES 2011-2014			
ANO	PRINCIPAIS ATRAÇÕES	PÚBLICO	RECURSO
2011	Balé do TCA, Ganhadeiras de Itapuã, Espetáculo “Transmetrópolis”, Banda Sertanilia, Espetáculo “Fabulas Fabulosas”, Espetáculo “Quem Conta Faz de Conta”, Espetáculo “Oito Movimento”, Espetáculo “Barca de Ijexá”, “Banda O Terreiro”.	2.466	R\$ 1.300,00
2012	Letieres Leite e Orkestra Rumpilez, Espetáculos teatrais “Metamorfose Ambulante”, “Língua e Rebento”, projetos Caminhada Cultural e Lá no Fundo do Quintal.	1.931	R\$ 5.696,32
2013	Espetáculo “Ou Isso” do Balé Teatro Castro Alves; Thaís Nader; Neojibá; Afoxé Filhos de Oxum de Ronda; Espetáculo “As Folhas que Curam” do Grupo 100% Afro-Indígena; Banda Samba Sem Comparação; Bandas Sela Véia, Tallowah, Cativoiro e Samba e Simplicidade.	2.861	R\$ 88.586,18
2014	Diamba, Tallowah, Lutte e Cia de Teatro de Bonecos e Paulinho Boca de Cantor	5.116	R\$ 102.196,00
TOTAL		12.374	R\$ 197.778,50

Fonte: SECULTBA

Aqui eu abro um parêntese para tratar deste espaço que estou diretamente ligado desde a sua reabertura. Em 2014 a DEC teve a proposta de unificar os festivais que eram realizados por praticamente todos os espaços culturais que ela administrava. Esta ação trouxe diversos ruídos na execução do festival realizado pelo Fórum em parceria com o espaço. Por sete edições, todas as deliberações sobre o evento eram tomadas em comum acordo entre a sociedade civil, através do fórum, e o poder público, através do CCP. No ano de 2014, por receber um aporte financeiro maior, o projeto passou a receber muito mais interferências diretas da DEC/SECULT. Um dos primeiros problemas apontados foi a chancela “Governo do Estado Apresenta”. Outro ruído foi a inserção de outro projeto da DEC/SECULT dentro da grade de programação, sem consulta prévia à comissão que organizava o Caldeirão. A SECULT, através da

Diretoria de Espaços Culturais, promoveu em 2014, a circulação do projeto A História da Música da Bahia, de Paulinho Boca de Cantor. A circulação destes projetos se deu a partir de contratos de patrocínios, com o objetivo de dinamizar e qualificar a programação dos Espaços Culturais, a partir de propostas de notoriedade cultural, bem como contribuir com a formação e ampliação do público.

Por conta da inserção do Show de Paulinho Boca de Cantor na grade do festival, algumas atrações locais seriam impedidas de participar da atividade, ação contornada pela coordenação do CCP e pelo Fórum em diálogo com a DEC. No ano de 2014 a programação do Caldeirão foi composta por contratação através do Credenciamento de artistas, por contratação direta através da empresa que foi contratada para produzir o evento e, o show A História da Música na Bahia, de Paulinho Boca de Cantor, que passou também por outros 13 espaços culturais, com shows e bate-papos musicados, sendo o elo de ligação entre o circuito de festivais proposto pela DEC naquele ano.

A participação popular no Subúrbio Ferroviário, através do Centro Cultural Plataforma, se deu através do Plano de Gestão Participativa, proposto pelo Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio. O espaço foi o pioneiro, de modo organizado, na relação da comunidade com o poder público, na gestão de um equipamento cultural público. O alinhamento das políticas de cultura entre união e estado, atrelados à alçada do governo petista no estado da Bahia, facilitaram o diálogo entre a sociedade civil e os entes governantes. O momento foi propício para a execução do plano que priorizava, sobretudo, o diálogo com a comunidade do entorno com o espaço cultural. Ao longo dos seus 12 anos de reabertura, a gestão participativa deu o norte do funcionamento do espaço, desde a escolha do gestor, aos projetos de dinamização que visavam cobrir lacunas deixadas pelos anos fechados, até a discussão das políticas públicas de cultura que estavam sendo implantadas. Esta força no diálogo que deu entusiasmo aos grupos integrantes do Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio poder para negociar cargos, projetos próprios executados no CCP e a possibilidade de pautar as necessidades do entorno diretamente com a SECULT. Diferentemente do âmbito estadual onde um território de identidade era composto por municípios, no subúrbio ferroviário esta identificação se dava pela relação de arte e periferia, sendo composta pelos bairros que estavam no entorno do Centro Cultural Plataforma.

4.3 No âmbito do Território Recôncavo – Teatro Dona Canô

O Teatro Dona Canô foi inaugurado em 14 de setembro de 2001 na cidade de Santo Amaro da Purificação, recebeu o nome da matriarca da família Veloso como forma de homenagem. O Teatro é o único espaço cultural da cidade localizada no recôncavo baiano, reconhecida pela diversidade de manifestações de cultura popular. A programação do espaço é composta principalmente por espetáculos de teatro, seguidos de música e dança. Com capacidade para 274 pessoas, o espaço trabalha em regime de cessão de pautas e recebe também projetos já consagrados em Salvador, como o Ateliê de Coreógrafos Brasileiros, dentre outros espetáculos de teatro, dança e música, o que resulta em um número de 90 a 100 pautas solicitadas anualmente. Possui parceria estabelecida desde 2002 com mais de 70 escolas de Santo Amaro e de cidades.

O espaço recebeu, ao longo do período analisado, melhorias em sua infraestrutura a partir da manutenção da subestação elétrica, instalação de tela de projeção, aumento da velocidade da internet, contratações a partir do Credenciamento de artistas para compor a programação feita em parceria com os artistas locais, recebimento de Artistas como Los Catedrásticos e Paulinho Boca, além das comemorações dos 10 anos de inauguração do teatro.

ANO	ESPAÇO / PROJETO	PRINCIPAIS ATRAÇÕES	PÚBLICO	RECURSO (R\$)
2011	Teatro Dona Canô – 10 Anos do Teatro e Centenário de Assis Valente	Sob a direção artística de J. Veloso, foi realizado um show em homenagem ao centenário de Assis Valente, que contou com a presença de manifestações culturais e artistas santamarenses, além dos músicos Ulisses Castro, Márcio Valverde, Lívia Millena, Eduardo Chaves, Marcel Fiúza, Roberto Mendes, Stela Maris, e dos artistas convidados como Margareth Menezes, Juliana Ribeiro e Armandinho. Além do show a programação contou também com exibição de filmes infantis, apresentações de teatro, dança e música.	950	70.000,00

Fonte: SECULTBA

Dentre os espaços analisados, o Teatro Dona Canô é o que apresenta menor efetivo de participação popular. Todas as ações realizadas pelo espaço emergem do desejo de sua gestora, Virginia Monteiro, ou sob orientação da DEC. Nos relatórios analisados, a realização de projetos próprios foi ínfima, com exceção das comemorações dos 10 anos

de inauguração em 2011 citados acima. Além disso, o espaço só teve programação própria realizada a partir das articulações da DEC/SUDECULT/SECULT. O espaço por não possuir salas de ensaio, termina por não ter grupos culturais residindo em sua estrutura, isso termina por afetar sua relação com a comunidade cultural do entorno, que o vislumbra apenas como um espaço de difusão, sem criar laços e articulações de mobilização.

4.4 No âmbito do Território Litoral Norte- Agreste Baiano – Centro de Cultural de Alagoinhas

O Centro de Cultura de Alagoinhas foi inaugurado em 10 de junho de 1986, passou por uma reforma em 2008 e reabriu em 2009. É o principal espaço cultural da cidade e recebe também eventos de cidades circunvizinhas. Na programação artística do espaço, são mais recorrentes os eventos de teatro e dança. Destacam-se ações como o Projeto Circuito 3 Sons, o Festival de Arte e Teatro Para Todos e ainda a Semana de Arte – Encontro de todas as linguagens do Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte.

O espaço dispõe também uma Concha Acústica, que já recebeu festivais, shows e outros espetáculos, uma sala principal (palco italiano) – com capacidade: 205 lugares, além de três salas de ensaio e foyer / galeria.

Além das melhorias citadas nos espaços anteriormente, o CCA lagoinhas teve três edições do seu principal festival de artes executado no período estudado. A Semana de Arte e Cultura do Litoral Norte e Agreste Baiano, que teve sua primeira edição realizada em 2010, trata-se de um festival promovido pelo espaço, com o objetivo de divulgar e estimular o cenário artístico e cultural do território do Litoral Norte e Agreste Baiano. Para tanto, sua programação apresenta uma série de atividades artísticas e culturais, de diversas linguagens, com artistas e atrações locais, promovendo também o intercâmbio com artistas de renome de outras localidades.

ANO*	PRINCIPAIS ATRAÇÕES	PÚBLICO	RECURSO
2011	Apresentações dos grupos populares: Capoeira África, Puxada de Rede e baianas da Lagoa Redonda; Grupo ACC de extensão da UFBA, Cia Access@art; MC Osmar; Grupo "O Grão".	1.995	R\$ 11.000,00
2012	Bandas Universo Variante, Shaik e Aborígenes; Grupo Cultural Quilombo Andante; Mostra Retrate; Grupo Nata; Emili Pinheiro.	2.688	R\$ 15.743,25
2014	Gabi Guedes, Banda Maglore, Banda APOLLO-BA, Banda "Aborígenes", Emili Pinheiro; CIA de Dança Robson Correia;	1.514	R\$ 47.472,82

	Grupo Mescla.		
TOTAL		6.197	R\$ 74.216,07

Fonte: SECULTBA

A edição de 2013 não ocorreu devido ao contingenciamento financeiro que foi imposta a todas as Secretarias de Estado. A exceção ocorreu apenas para os espaços da capital. Por causa da Copa das Confederações ocorrida neste ano no Brasil, a Secult recebeu um aporte financeiro para ser direcionado ao projeto Cultura em Campo.

O Centro de Cultura de Alagoinhas, por estar situado numa região nobre da cidade, em gestões anteriores tinha o status de elitista. A partir da Gestão de Jô Correia e, do exemplo ocorrido em Plataforma, a gestora abriu várias possibilidades de diálogo com a comunidade artística. A partir do convite feito à coordenação de Plataforma, uma roda de conversa foi pensada no início da gestão de Jô para que os artistas locais conhecessem a realidade de outro espaço e pudessem replicar na sua região. Outro exemplo de participação popular foi a definição do espaço do antigo matadouro como equipamento anexo à gestão do CCA lagoinhas. O fruto disso veio com a inclusão do espaço nas chamadas de ocupação de pautas promovidas pela DEC nos anos vindouros. O espaço contribuiu para a política de territorialização a partir do recebimento em suas dependências de reuniões e encontros das conferências municipal e territorial de cultura, além de ser a base para os representantes territoriais da localidade.

Considerações finais

A partir das informações acima, é possível perceber que no último ano da análise proposta por este artigo, os espaços receberam consideráveis recursos financeiros. Os primeiros anos da DEC na estrutura da SECULT/SUDECULT serviram para organização e adaptação à proposta pensada para os espaços. A política de Territorialização contribuiu para a dinamização, onde a DEC direcionou para os espaços os projetos que tinham como foco a difusão e circulação da produção artística e cultural, bem como a atração de público. Destacam-se, nesta linha, a circulação de espetáculos, exposições e o Circuito Popular de Cinema e Vídeo, ação que ocorria em praticamente todos os espaços e foi considerado um dos maiores projetos de difusão do audiovisual exibido em rede. Em se tratando de projetos de articulação com o território em que os espaços estão inseridos, foi através do Circuito de Festivais que a territorialização

ganhou corpo. Ação unificou todos os projetos de festivais que já ocorriam de forma espontânea nos espaços, dando um aspecto mais institucional.

Os três espaços estudados receberam os mesmos benefícios a partir da territorialização (mais recursos para suas ações). Os espaços antes eram gerenciados de formas distintas, sem unidade na gestão. A partir da política de territorialização em 2007 e, da ida da DEC para a SUDECULT em 2011, os ganhos foram a partir de unificação da gestão, do tratamento dado de forma igual a todos os espaços e da ampliação dos recursos com foco em alavancar melhorias para cada um deles, a partir dos usos correlacionados com a política de territórios em cada região do estado. O discurso de territorialidade era presente nas ações, mas isso ficava muito mais evidente em atividades propostas pela SECULT, como ação institucional. Era através da divulgação dos editais, das oficinas de elaboração de projetos, ou da circulação de atividades de dinamização, a exemplo do Terças na Tela, Quarta que dança, Verão Cênico, circulação do BTCA, entre outros, que efetivamente as ações da SECULT chegavam aos espaços do interior. Neste aspecto podemos dizer que de fato ocorria um avanço nos territórios de identidade, sendo a DEC o fio condutor de direcionamento destas ações. De atividades próprias, podemos citar as ações de melhoria de infraestrutura e suporte pessoal, mas isto não tem reflexo direto com a política de territórios, é apenas um modo de preparar o espaço para que de fato ele torne-se um meio para o projeto macro.

A diretoria teve, por dois momentos, editais próprios. Tais certames não eram apenas direcionados para a dinamização dos seus próprios espaços, neste aspecto a diretoria consegue alcançar de modo mais amplo a territorialização, mesmo tendo boa parte dos projetos aprovados na capital. Na descrição sobre o edital, o relatório de gestão de 2012 diz:

Meta audaciosa da Diretoria de articular-se com outros espaços culturais do estado, sejam eles públicos ou privados, numa perspectiva de construção de uma política setorial para espaços culturais, foi lançado no final do ano o Edital do Fundo de Cultura de Dinamização de Espaços Culturais. Esta seleção teve como objetivo apoiar propostas de dinamização através de uma programação regular, durante um período mínimo de seis meses e máximo de um ano, envolvendo atividades mensais de formação e/ou difusão das diversas expressões culturais, buscando ampliar o impacto do espaço junto à comunidade local, fomentar o acesso e a formação de público para a cultura. (DEC, 2012, p.4).

O edital teve cerca de R\$2.300.000,00 em investimento, em 27 propostas aprovadas nas suas duas edições, uma em 2012 e outra em 2013. Ainda de acordo com o relatório (DEC, 2014, p.26), “este edital amplia a atuação da DEC para além dos seus 17 espaços, possibilitando que abranja outros municípios e territórios de identidade que não possuem espaços culturais da Secretaria”.

Outra ação vista como territorial foi a realização em 2013 da primeira Conferência Setorial de Espaços Culturais. Tendo no seu descritivo no citado relatório como “um ambiente de escuta e dando largada ao cumprimento da função da DEC enquanto formuladora de políticas públicas voltadas para os espaços culturais” (DEC, 2014, p.26). Apesar do foco territorial, esta ação ocorreu na capital e não teve representantes de outros territórios.

Dando seguimento de modo institucional ao contato com as comunidades do território e do entorno dos espaços, a DEC iniciou em 2014, a ação “DEC em Dialogo”, para discutir a implantação dos Colegiados de Gestão Participativa nos Espaços Culturais, projeto amplamente inspirado na Gestão Participativa do Centro Cultural Plataforma e criado a partir do diálogo com os coordenadores de espaços culturais e com a comunidade cultural, a atividade ocorreu em espaços da capital e do interior. A partir desses diálogos, foi elaborada uma minuta e encaminhada ao Secretário de Cultura. Este documento serviu de para a publicação da Portaria 338/2014, que institui os Colegiados de Gestão Participativa nos Espaços Culturais da SecultBA. A implantação destes colegiados nos Espaços Culturais da DEC foi uma das metas da diretoria para 2015 (DEC, 2014).

A DEC tinha também como meta iniciar a criação e manutenção da Rede Baiana de Espaços Culturais. Por conta das constantes trocas de diretores, esta ação não teve prosseguimento, ocorrendo apenas uma reunião no encontro de Coordenadores em Feira de Santana em 2016. Esta poderia ser de fato uma ação efetiva de alinhamento com outros territórios, afinal, a SECULT não possui espaços em todos os Territórios de Identidade e, alinhar a gestão pública com a gestão de espaços privados, daria um salto muito maior na criação de políticas públicas para os espaços culturais.

Para finalizar, na primeira parte deste artigo, pudemos compreender que a política de territorialização tem como objetivos: diminuir as desigualdades regionais; constituir instância de participação; mobilizar fatores econômicos, sociais e

institucionais. Pegando esses três parâmetros de análise, conclui-se, a respeito da contribuição da DEC à política de territorialização e, em particular, nos territórios/espços analisados, que ao longo dos quatro anos estudados a DEC avançou nestes três aspectos citados. Quando a Diretoria estimula agrega à sua política os projetos próprios dos espaços e torna-os parte do planejamento estratégico, possibilitando aos diversos equipamentos avançarem com suas articulações e, estimulando os agentes locais, isso comunga com o desenvolvimento regional. Quando a DEC, a partir de um exemplo ocorrido em um dos seus espaços, estimula a criação de colegiados, discutindo sua mecânica e funcionamento com os principais atores envolvidos, ela termina por inserir mais uma possibilidade de instancia de participação social. Por fim, quando esta mesma diretoria avança na melhoria dos espaços, agrega a programação de forma territorial e lança mecanismos que estimulem a economia, através de circulações, editais próprios e criação de redes, de modo institucional, ela se articula com o terceiro ponto da política de territorialização: mobilização.

Referências

BAHIA. **Histórico da Política Territorial da Bahia: a política territorial e a participação social**. Salvador, BA: SEPLAN, 2015

Barros Neves de Araújo, Henrique y Silva Borges, Sérgio. **A territorialização da cultura e a “nova” política cultural no Estado da Bahia**. GeoGraphos. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2014, vol. 5, nº 61, p. 133-145.

DIAS, W. J. V. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gênese, resultados, reflexões e desafios**. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial. 216f.

DIAS, W. J. V. et al. **Territórios de Identidade: Um Novo Caminho para o Desenvolvimento Rural Sustentável na Bahia**. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2006.

FERNANDES, Taiane Fernandes. **Políticas Culturais: A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006**. Salvador: UFBA, 2008.

NÓBREGA, Ana Valéria Holanda da. **Assentamento São Gonçalo – Crateús – CE: A Terra como mãe, organismo vivo e em evolução, com ternura no caminhar e uma nova racionalidade nas atitudes - 2017** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. 105f.

Um Lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação / Giuliana Kauark, Plínio Rattes e Nathalia Leal (orgs.) – Salvador : Edufba, 2019. 407 p. (coleção Cult) (lançamento em Agosto 2019).

RELATÓRIO DE GESTÃO DEC. 2012. Salvador, BA: SECULTBA, 2012

SECULTBA - Relatório de Atividades 2007/2009

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Dilemas da gestão cultural: reflexões sobre uma experiência**. Salvador.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Observações acerca das relações entre estado e cultura**. Salvador.

SEPLAN. Acesso em www.seplan.ba.gov.br em 02.07.2019

SECULT. Acesso em www.cultura.ba.gov.br em 02.07.2019